

## XIII SARI



### **Violência sistêmica e produção de sentido: uma leitura enativa da questão Palestina**

### **Systemic violence and sense-making: an enactive approach to the Palestinian question**

**Alexandre Cassiano Planke Barthe<sup>1</sup>** 

<sup>1</sup>Universidade Federal de Santa Maria , Santa Maria, RS, Brasil

#### **Resumo**

A violência sistêmica de larga escala em curso na Palestina evidencia a insuficiência dos marcos analíticos tradicionais das Relações Internacionais, centrados prioritariamente em estruturas estatais e institucionais em detrimento da experiência concreta e corporificada dos sujeitos. Este trabalho propõe tensionar essas limitações a partir do enativismo, abordagem segundo a qual a cognição emerge da relação situada entre organismos e ambiente. Nessa perspectiva, busca-se compreender a violência como um fenômeno que articula cognição corporificada, intersubjetividade e produção de sentido. O objetivo central consiste em analisar os limites e as potencialidades da teoria enativa diante de formas extremas de violência, tendo como caso concreto o extermínio da população palestina, tomando como eixo analítico o conceito de *participatory sense-making*. Tal conceito permite compreender a violência sistêmica como produto de acoplamentos materiais e discursivos que estruturam regimes de destruição e, simultaneamente, possibilitam formas imanentes de resistência. Ao integrar epistemologias críticas do campo das Relações Internacionais e a teoria enativa, o artigo propõe um deslocamento epistemológico na área, reinscrevendo o corpo, a vulnerabilidade e a experiência corporificada como dimensões analíticas relevantes para a compreensão da violência contra o povo palestino.

**Palavras-chave:** Palestina; Enativismo; Relações internacionais; Violência sistêmica; *Sense-Making*

## Abstract

---

The large-scale systemic violence currently underway in Palestine reveals the insufficiency of traditional analytical frameworks in International Relations, which are primarily centered on state and institutional structures to the detriment of the concrete and embodied experience of subjects. This article seeks to challenge these limitations through enactivism, an approach according to which cognition emerges from the situated relationship between organisms and their environment. From this perspective, violence is understood as a phenomenon that articulates embodied cognition, intersubjectivity, and sense-making. The central objective is to analyze the limits and potentials of enactive theory in the face of extreme forms of violence, taking as a concrete case the extermination of the Palestinian population and adopting the concept of participatory sense-making as the main analytical axis. This concept makes it possible to understand systemic violence as the product of material and discursive couplings that structure regimes of destruction while simultaneously enabling immanent forms of resistance. By integrating critical epistemologies from the field of International Relations with enactive theory, the article proposes an epistemological shift in the discipline, reinscribing the body, vulnerability, and embodied experience as analytically relevant dimensions for understanding violence against the Palestinian people.

**Keywords:** Palestine; Enactivism; International relations; Systemic violence; Sense-Making

## INTRODUÇÃO

A disciplina das Relações Internacionais, em suas versões hegemônicas, tende a tratar a violência como correlação entre atores — Estados, políticas e aparatos institucionais — e suas capacidades (WEBER, 2014). Essa moldura, ainda que útil em muitos níveis, opera por abstrações que desconsideram os corpos: normalidades legais, procedimentos diplomáticos, resoluções que falam “em nome de” populações sem encará-las como agentes corporificados produtores de sentidos no mundo. A proposta desta pesquisa é outra: colocar o enativismo como lente crítica que pensa a imanência dos agentes encarnados na produção de sentido e, com isso, oferecer uma leitura alternativa da violência sistêmica contra a Palestina e seu povo.

O enativismo surge, no campo das ciências cognitivas, como uma ruptura com o paradigma cartesiano tradicional da cognição que dominou o século XX. A obra fundadora *The Embodied Mind* (Varela; Thompson; Rosch, 1991), propõe compreender a cognição não como espelhamento de um mundo pré-dado (ROLLA; FIGUEIREDO, 2023), mas como um processo corporificado de ação e produção de sentido. A mente,

---

nesse contexto, não é um repositório de representações do mundo, mas uma atividade viva que emerge da relação dinâmica entre sujeito e ambiente. Essa abordagem estabelece o princípio de continuidade entre vida e mente, mais tarde desenvolvido por Ezequiel Di Paolo, Elena Cuffari e Hanne De Jaegher (2018) em *Linguistic Bodies*, ao proporem a continuidade entre vida e linguagem. A agência dos sujeitos passa a ser concebida como prática situada, corporificada e intersubjetiva, assim, agir envolve o corpo e o mundo em um circuito de coemergência. A noção de *participatory sense-making* (DI PAOLO; DE JAEGER, 2007) descreve a constituição mútua de sentido intersubjetivo: o sentido não é produzido apenas individualmente, mas co-produzido nas interações entre sujeitos com o mundo. Michelle Maiese e Robert Hanna (2019) ampliam essa perspectiva ao defenderem que os processos políticos dependem radicalmente das formas corporificadas e emocionalmente enraizadas através das quais os sujeitos compreendem o ambiente. No caso dos sujeitos encarnados que compõem as instituições que atuam no processo de violência, por exemplo — bem como para os espectadores dos processos políticos — estes são capturados por uma dessensibilização intersubjetiva, em relação à experiência das vítimas corporificadas da violência e à sua condição humana. Assim, conflitos assimétricos envolvem também a captura das capacidades afetivas que sustentam o julgamento e a ação política das instituições e dos sujeitos que as compõem. E essa capacidade de sentir e perceber o mundo também é capturada pelo regime político no caso dos corpos que sofrem a violência sistêmica do conflito, embora de modos distintos.

O território da Palestina se estabelece historicamente como um campo de conflito assimétrico, cuja disputa transcende a mera delimitação geográfica para envolver as vidas, os recursos e, sobretudo, os sentidos produzidos nesse espaço. A afirmação de Edward Said (2012), de que a Palestina é o resultado de um processo histórico e colonial de disposição territorial e precarização, encontra profundo respaldo na análise de Ilan Pappé (2016) de que a característica primordial da história palestina é o encontro nacional traumático com o sionismo<sup>1</sup>, ideologia ambiciosa e essencialmente

---

<sup>1</sup> O sionismo é compreendido como um projeto político-nacional moderno, formulado na Europa no final do século XIX, que, ao apropriar-se de referências históricas e religiosas judaicas, operou segundo uma lógica colonial típica do contexto imperial europeu. Sua implementação na Palestina baseou-se na negação ativa da presença árabe-palestina, convertendo um território socialmente habitado em um “espaço vazio” legitimador de colonização, assentamento e exclusão (Said, 2012; Khalidi 2020).

européia. O projeto sionista para a Palestina foi concebido e concretizado como o mais bem-sucedido e duradouro dos projetos coloniais europeus desde a Idade Média, fundamentado na premissa de que a Palestina era uma “terra sem povo para um povo sem terra” (SAID, 2012). Essa visão colonialista racionalizou a negação da realidade nativa por meio de argumentos de uma “missão superior” ou “mais digna”, culminando no que o historiador Ilan Pappé denomina limpeza étnica (*Nakba*) (PAPPÉ, 2016). O impulso ideológico sionista, que visava a uma presença exclusivamente judaica no território, transformou sistematicamente a área mista em um espaço etnicamente puro, utilizando a expulsão forçada de centenas de milhares de palestinos e a subsequente demolição de suas comunidades e casas. Esse processo de erradicação da Palestina e a negação obstinada da existência árabe-palestina — que se manteve na forma de uma resistência e um ressurgimento nacional extraordinário — estabelecem a luta como um confronto entre uma presença e uma negação (SAID, 2012).

As dinâmicas de negação e expropriação, que se materializam na violência sistêmica contemporânea, expõem as fragilidades epistemológicas das abordagens tradicionais das Relações Internacionais, marcadas por um pendor Estadocêntrico que prioriza a abstração institucional em detrimento da experiência encarnada e da vulnerabilidade dos sujeitos. Sob o prisma da Teoria Crítica, a realidade internacional não é um dado bruto da natureza, mas uma construção histórica cuja suposta imutabilidade serve à preservação de hegemonias e à naturalização de injustiças estruturais (ALVES, 2014; MENESES SILVA, 2005). Nesse sentido, o empenho pela emancipação e pela abolição da opressão social exige que a teoria recuse a validade de situações de inferioridade, questionando a permanência dos arranjos estatais e jurídicos que enquadram o humano de forma diferenciada e seletiva (WEBER, 2014; MENESES SILVA, 2005). Ao romper com a reificação do Estado, a Teoria Crítica permite compreender as instituições não como entes a-históricos, mas como campos de prática social e de produção de sentido (*sense-making*) onde a agência intersubjetiva e a resistência permanecem instâncias fundantes, mesmo diante de tecnologias de

desumanização e invisibilidade (SAID, 2012). Assim, o deslocamento do foco das estruturas de poder para a subjetividade encarnada possibilita uma análise que reconhece a interdependência radical entre o Eu e o Outro, fundamentando uma política eticamente responsável frente à precariedade da vida (BUTLER, 2015).

No caso palestino, a violência não se limita à dimensão material, mas revela um caráter intersubjetivo, em que os processos de produção de sentido são colonizados por regimes materiais e discursivos que naturalizam a destruição. Conforme observado pela teoria crítica de Judith Butler (2015), os “quadros de guerra” (*frames of war*) são operações de poder que delimitam seletivamente o que pode ser apreendido como vida e o que é tornado precário e não passível de luto (BUTLER, 2015). A negação da *Nakba*, o “memorícidio” da história e da geografia cultural palestina, e a representação dos palestinos como terroristas ou meros refugiados são manifestações desse esforço de invisibilização, que busca manter a dominação e a exclusão dos nativos. Portanto, o sionismo de Estado opera pela captura da produção de sentido, transformando a injustiça histórica em um problema moral e político que persiste incrustado na intersubjetividade dos atores.

A busca por uma compreensão crítica da questão exige, assim, que a análise se volte para a distribuição desigual da precariedade, propondo novas leituras que desloquem o foco da abstração Estado-institucional para o impacto do regime sistêmico de violência na vida concreta. Transportado para o campo das Relações Internacionais, o enativismo oferece um horizonte alternativo a essas abstrações do sistema internacional. Ele permite deslocar o foco das estruturas estáticas e das identidades fixas das instituições para a corporeidade das interações políticas, nas quais agência e subjetividade emergem de contextos concretos, históricos, intersubjetivos e afetivos. Essa mudança de perspectiva permite repensar a agência internacional não como o exercício de poder descorporificado, mas como processo de coprodução de sentido entre sujeitos e instituições. Assim, o enativismo pode abrir um caminho para introduzir o corpo, a vulnerabilidade e a experiência na análise política global.

A metodologia adotada neste artigo segue uma abordagem qualitativa, teórico-analítica e crítica, em consonância com os objetivos definidos no projeto e com a natureza conceitual do tema investigado. A pesquisa foi conduzida por meio de uma revisão bibliográfica interdisciplinar, reunindo obras fundacionais do enativismo, produções da Teoria Crítica das Relações Internacionais, reflexões sobre vulnerabilidade e violência e literatura histórica e política sobre a Palestina. Em primeiro momento, não foi realizada uma análise empírica de discursos institucionais; em vez disso, a investigação concentrou-se na articulação conceitual entre corpo, sentido e violência, privilegiando a interpretação teórica das dinâmicas de destruição e resistência. Essa escolha metodológica se justifica porque o foco da pesquisa reside menos na catalogação empírica de enunciados e mais na compreensão ontológica dos processos de produção e colonização de sentido que estruturam o conflito. Assim, a metodologia, ao priorizar o rigor conceitual e a integração crítica entre filosofia linguística e da mente, teoria política e Relações Internacionais, permite examinar como a violência sistêmica opera na e pela experiência encarnada, e como a resistência palestina emerge como ato contínuo de enação e preservação de sentido.

## DESENVOLVIMENTO

### Da produção de sentido em meio a violência sistêmica

A produção de sentido (*sense-making*) é, segundo a perspectiva enativa, um ato intrinsecamente vital, alinhando-se à máxima de que viver é fazer sentido do mundo (VARELA; THOMPSON; ROSCH, 1991, p. 139). Este processo, no entanto, transcende a dimensão puramente cognitiva; ele se estabelece como uma capacidade afetivo-avaliativa, onde a relevância e o valor do ambiente são apreendidos e contornados pelo enquadramento afetivo (*affective framing*) do sujeito, que é moldado por suas necessidades e interesses (MAIESE; HANNA, 2019). Em contextos sociais e políticos, essa capacidade discriminativa está inextricavelmente ligada à normatividade social,

---

que modula o que é considerado valoroso. Em situações de dominação colonial, essa matriz de significado e significação é ativamente colonizada por normas e instituições que delimitam *a priori* quais vidas são passíveis de luto (*grievable*) e quais significados são reconhecíveis (BUTLER, 2015). Assim, as interações internacionais, longe de serem neutras, mas permeadas por assimetrias culturais e epistemológicas, operam frequentemente como mecanismos de silenciamento — formas hegemônicas de gestão da produção de sentido que definem o que pode ser dito, visto, lembrado ou sentido, sustentando a violência estrutural (GALTUNG, 2005).

A violência sistêmica configura-se como um dispositivo ontológico-político que organiza o domínio da aparência por meio de enquadramentos seletivos, os quais delimitam a inteligibilidade do real e a própria capacidade de reação ética dos sujeitos (BUTLER, 2015). Longe de esgotar-se no uso direto da força física, essa modalidade de agressão constitui-se como uma violência cultural que sedimenta normas justificadoras de estados permanentes de injustiça estrutural, organizando o campo do possível de modo a tornar a opressão um componente banal do senso comum (GALTUNG, 2005).

A natureza social e corporificada desse processo é sublinhada pelo enativismo linguístico: em *Linguistic Bodies*, Ezequiel Di Paolo, Elena Cuffari e Hanne De Jaegher (2018, p. 7) observam que “corpos fazem história juntos”, o que demanda o reconhecimento de que as instituições não são meramente estruturas abstratas, mas coletivos de corpos linguísticos que mantêm sua coerência por meio de práticas de significação contínuas (DI PAOLO; CUFFARI; DE JAEGER, 2018). Nesse panorama, a violência sistêmica adquire a conotação de “invasão mental” (*mind invasion*), um conceito central em *The Mind-Body Politic*. Em vez de ser apenas um fenômeno exógeno, a violência opera como um sistema sociodinâmico que literalmente molda a mente (*mind-shaping*) ao cultivar hábitos de mente e orientações afetivas específicas nos sujeitos. A interrupção do *participatory sense-making (PSM)*, quando a interação deixa de ser coproduzida e se torna unilateral e normativamente imposta, é o reflexo imediato dessa invasão. O sistema coercitivo se torna, assim, um mecanismo de desorganização relacional, que

utiliza o poder para restringir a autonomia, promover a alienação e impor uma falsa consciência, ao ditar as condições de reconhecimento e, simultaneamente, negar a legitimidade da experiência encarnada dos sujeitos atingidos pelo regime sistêmico de violência. Michelle Maiese e Robert Hanna (2019) acrescentam que essa interrupção não é apenas cognitiva, mas somática: sujeitos submetidos a humilhação, vigilância, cercamento e privação desenvolvem padrões emocionais defensivos que restringem o engajamento recíproco e a confiança intersubjetiva, minando as bases mesmas da ação política cooperativa.

### **Da autonomia e da resistência dos corpos palestinos**

No núcleo da teoria enativa reside o princípio da autonomia, concebendo os agentes como sistemas autopoieticos e adaptativos que se auto-individuam ao regularem ativamente seu acoplamento com o ambiente (VAN ES, 2024). Autonomia, etimologicamente significando “lei própria” (*self-law*), implica a capacidade inerente ao sistema de modular suas relações e de instituir normas vitais que são cruciais para a preservação de sua forma de vida. Essa perspectiva enativista reconfigura a agência: sujeitos, sejam eles indivíduos ou comunidades, não são meros receptáculos passivos de regras impostas, mas sim campos dinâmicos de regulação e resistência, ainda que sua autonomia possa ser fragilizada. Para operacionalizar essa noção de agência no enativismo, definem-se requisitos essenciais como a *self-individuation* (auto-individualização), a *interactional asymmetry* (assimetria interacional) e a normatividade (capacidade de instituir normas internas), conforme articulado por Ezequiel Di Paolo, Elena Cuffari e Hanne De Jaegher (2018, p. 36-37). Essa fundação teórica, que busca compreender a cognição como ação situada e a violência como acoplamento dinâmico de práticas materiais e discursivas, elementos que permitem compreender a violência sistêmica contra o povo palestino como um projeto de despossessão ontológica de sua autonomia.

Essa formulação enativa da agência é fundamental para uma análise crítica de como a autonomia dos corpos palestinos é sistematicamente corroída no contexto

---

de um projeto colonial de expropriação. O enativismo postula que a capacidade de autorregulação e agência se manifesta no acoplamento contínuo com o ambiente, incluindo território, infraestrutura e redes sociais e discursivas. No entanto, Edward Said (2012) descreve o sionismo como um processo contínuo de expropriação, deslocamento e apartheid colonial de fato, cujo objetivo é a “redução, minimização da presença palestina, e de assegurar sua ausência” (SAID, 2012, P. 24). Esse esforço histórico envolveu a manipulação e o controle sistemático do ambiente e da infraestrutura, como o desenvolvimento de um dispositivo estratégico para transformar a Palestina e ignorar ou destruir as “realidades” existentes da cultura nativa, e a subjugação dos nativos através de um domínio paternalista e gerencial. Quando o ambiente é ativamente controlado por políticas de expropriação, a capacidade de autorregulação da comunidade é reduzida, tornando sua agência precária. Para Michelle Maiese e Robert Hanna (2019), tal precarização envolve também o que os autores chamam de “deformação afetiva”, isto é, processos sistemáticos pelos quais uma comunidade é ensinada — por coerção ou por estruturas materiais — a sentir de modos que reforçam sua própria subordinação. A destruição de rotinas corporificadas, vínculos sociais e espaços de coexistência limita a capacidade das pessoas de sustentar emoções que apoiariam práticas de resistência e solidariedade

Essa precariedade, conforme Judith Butler (2015) elabora, decorre da distribuição radicalmente desigual das condições de apoio e da exposição diferencial à violência, onde a política atua precisamente para maximizar a precariedade para uns e minimizá-la para outros (BUTLER, 2015). Contudo, a autonomia, enquanto campo de regulação e resistência, persiste: a própria luta palestina revela uma “resistência extraordinária” e um “ressurgimento nacional” (SAID, 2012).

No cenário palestino, a violência sistêmica manifesta-se como uma “guerra colonial” estrutural que organiza o campo do reconhecível por meio de profundas assimetrias materiais e discursivas (KHALIDI, 2010; MASALHA, 2018). Essa configuração de processos tão destrutivos atua como mecanismos que interrompem

o *participatory sense-making*, transformando o encontro intersubjetivo em uma dominação unilateral que despoja os sujeitos de sua “permissão para narrar” e de sua capacidade de co-determinação (DI PAOLO; CUFFARI; DE JAEGER, 2018). Sendo o *sense-making* a atividade intrínseca pela qual os organismos produzem significância em seu acoplamento com o ambiente, a colonização normativa do sentido fragiliza a agência enativa ao impor enquadramentos externos que ignoram as necessidades vitais e as orientações afetivas dos sujeitos (VAN ES, 2024). Dessa forma, o aparato de dominação colonial compromete a autonomia dos corpos palestinos — concebidos como sistemas autopoieticos e adaptativos — ao tentar anular a capacidade de auto-individualização (*self-individuation*) e a soberania imanente necessária para regular seu próprio acoplamento histórico com a terra (VAN ES, 2024; MASALHA, 2018). Este processo de despossessão força os agentes encarnados a uma condição de precariedade induzida, na qual a inteligibilidade ontológica é negada para estabelecer hierarquias que definem quais vidas são reconhecíveis e passíveis de luto e quais são destinadas ao apagamento sistêmico (BUTLER, 2015).

Contudo, essa mesma violência que visa a anular o sentido engendra modos de resistência encarnada. A teoria dos corpos linguísticos (*Linguistic Bodies*) sugere que a agência humana se manifesta em um processo contínuo de “tornar-se” (*becoming*) em interação (DI PAOLO; CUFFARI; DE JAEGER, 2018). A persistência da resistência palestina e o ressurgimento nacional (SAID, 2012) representam a (re)afirmação da autonomia desses sujeitos, que, embora vulneráveis e expostos a violências estruturais, mantêm uma normatividade interna que se opõe às normas destrutivas externas. A recusa em aceitar a destruição é uma forma de agência ética (*ethical agency*) (DI PAOLO; CUFFARI; DE JAEGER, 2018), um dos aspectos centrais do *linguaging*, que se manifesta como uma relação de cuidado e preocupação inerente pelo ser-em-relação (DI PAOLO; CUFFARI; DE JAEGER, 2018, p. 310, 381). O ressurgimento e a persistência da identidade nacional palestina (SAID, 2012; KHALIDI, 2010) que se recusa a ser silenciado ou redefinido pela opressão. Isso se manifesta em práticas como a Primeira

---

Intifada<sup>II</sup>, que, sendo um levante popular, buscou a autodeterminação por meio de normas de conduta não coercitivas (SAID, 2012), exemplo de como a vontade coletiva e intersubjetiva se concretiza na ação política encarnada. A resistência dos corpos palestinos pode ser compreendida como o esforço contínuo e intersubjetivo para rearticular uma história que o projeto colonial tenta obliterar, afirmando a presença corpórea e contestando a negação no nível mais fundamental da produção de sentido.

### Da constituição corporificada do político

A proeminência da corporeidade no cenário palestino-israelense revela que a violência excede o mero emprego da força bélica e institucional, operando por meio de dispositivos biopolíticos que buscam regular a própria materialidade da vida e os horizontes da experiência sensível (BUTLER, 2015). De acordo com a perspectiva crítica, a precariedade e a vulnerabilidade não constituem dados biológicos brutos, mas representam condições ontológicas e sociais distribuídas de forma radicalmente assimétrica por meio de enquadramentos de guerra (*frames of war*) (BUTLER, 2015). Nesse regime, os corpos palestinos são submetidos a uma exposição sistemática que transcende a lesão física, atingindo os processos fundamentais de constituição do sentido e da presença histórica (KHALIDI, 2020). A violência sistêmica — manifesta em bombardeios, deslocamentos forçados e bloqueios de infraestruturas vitais — atua para desarticular os acoplamentos materiais e simbólicos que garantem a continuidade histórico-social da população nativa, configurando um projeto de despossessão ontológica que visa o apagamento da agência e da narrativa palestina perante a consciência mundial (SAID, 2012; PAPPÉ, 2016).

Sob a ótica enativa, os sujeitos são compreendidos como sistemas autopoieticos e adaptativos que se auto-individuam ao regularem ativamente seu acoplamento estrutural com o ambiente, instituindo as normas vitais que preservam sua forma de vida (DI PAOLO; CUFFARI; DE JAEGHER, 2018). Quando esse acoplamento é sequestrado

---

<sup>II</sup> A Primeira Intifada (1987-1993) caracterizou-se como uma insurreição nacional espontânea e de base popular contra a ocupação militar israelense na Faixa de Gaza e na Cisjordânia. Diferenciando-se pela ênfase na desobediência civil, em normas de conduta não coercitivas e em táticas majoritariamente não armadas, o levante logrou deslocar o centro de gravidade da agência política palestina do exílio para o interior dos territórios (Khalidi, 2010; Khalidi 2020).

por tecnologias coloniais de expropriação e controle, a resistência palestina emerge como a afirmação obstinada de uma autonomia em risco. Essa dinâmica reflete-se na constituição do corpo linguístico, a teoria dos corpos linguísticos sustenta que a subjetividade emerge na dialética entre a incorporação (assimilação de práticas e estilos) e a encarnação (emanação da agência de outros no próprio eu) de enunciações sociais (DI PAOLO; CUFFARI; DE JAEGHER, 2018). Nesse sentido, o poder colonial busca impor um discurso ideológico — a “fala institucional” (DI PAOLO; CUFFARI; DE JAEGHER, 2018) — que normaliza a destruição e despoja o Outro de sua inteligibilidade ontológica. Esse aparato discursivo captura a produção de sentido para converter o corpo palestino em uma vida não passível de luto (ungrievable), tornando o “memoricídio” e a invisibilidade sistêmica elementos constitutivos do êxito e da legitimação da ocupação (BUTLER, 2015; MASALHA, 2018).

A resistência palestina reconfigura a tensão do controle e expropriação em força de coesão comunitária, mobilizando atos de memória e narração como vetores de subjetivação e sobrevivência histórica (KHALIDI, 2010). Nesse contexto, o labor da poesia especialmente a produzida sob condições de confinamento e tortura — o fenômeno dos poetas combatentes (MOREIRA, 2023) — atua como um dispositivo de incorporação da experiência coletiva, desafiando a lógica de apagamento e a negação ontológica que busca reduzir o nativo a uma “ausência funcional” (SAID, 2012). Ao transmutar a vulnerabilidade e o trauma em declarações políticas articuladas, a agência palestina contesta a hegemonia discursiva do opressor e rearticula sua precariedade em uma demanda inalienável por justiça e retorno, preservando o horizonte emancipatório contra os enquadramentos que tentam deserdá-lo de sua própria narrativa (SAID, 2012; KHALIDI, 2010). Esta insurgência, embora exposta ao risco, reafirma a capacidade dos sujeitos de instituir normas vitais próprias e de reinscrever a presença física e simbólica dos seus corpos no espaço político, recusando ativamente o destino de invisibilidade sistêmica, desse modo, contestam a lógica que busca torná-los ausentes.

A matriz de destruição no cenário palestino-israelense expõe um descompasso ontológico entre as macroestruturas normativas que regulam o campo político e os processos micro pelos quais as subjetividades são constituídas e cerceadas (ALVES, 2014). Como aponta Edward Said (2012), projeto colonial de dominação opera por meio de formas de significação que naturalizam a ocupação e produzem condições assimétricas de presença e visibilidade privando o colonizado de sua própria “permissão para narrar”. Nessas dinâmicas, as macroestruturas — concebidas como distribuições de conhecimento e padrões culturais ideacionais que orientam expectativas e ações sociais (WENDT, 1999) — não funcionam apenas como molduras abstratas, mas como dispositivos que configuram antecipadamente o horizonte de interpretação disponível aos atores (WEBER, 2015; WENDT, 1999)

Essa mediação macroestrutural incide diretamente na experiência vivida, regulando sensibilidades, afetos e modos de reconhecer o outro. A perspectiva enativa permite explicitar como tais enquadramentos não se limitam à esfera discursiva, mas são corporificados nas práticas quotidianas. A noção de *mind invasion* (MAIESE; HANNA, 2019) ilumina o modo como instituições e discursos modulam hábitos perceptivos e afetivos, produzindo sujeitos sintonizados com normatividades estruturais que antecedem e orientam seu agir.

Nesse horizonte, a intersubjetividade não se desdobra em um espaço neutro mas em um campo de forças onde a interação é capturada por assimetrias sistêmicas. No nível micro, o indivíduo é constantemente envolvido em *participatory sense-making*, a coordenação mútua da atividade intencional que gera novos domínios de significação (DI PAOLO; DE JAEGHER, 2007), a macroestrutura predetermina esse encontro ao impor papéis rígidos de regulador e regulado. O discurso institucional, que é o modo como a macro-estrutura fala, é um enunciado sem enunciador (*voice uttered by no body*) (DI PAOLO; CUFFARI; DE JAEGHER, 2018), que opera por meio de uma “invasão mental” (*mind invasion*), capturando as capacidades afetivo-avaliativas dos sujeitos. Esse dispositivo estabelece uma situação de máxima assimetria linguística,

na qual a produção de sentido deixa de ser um processo dialógico de co-constituição para tornar-se uma imposição normativa que delimita, de forma seletiva, o que pode ser apreendido como vida dentro dos enquadramentos de guerra orientando antecipadamente o sentido possível.

A sedimentação dessa voz externa no indivíduo ocorre mediante a incorporação de enunciados e a subsequente encarnação de agências externas, transformando processos coercitivos em elementos constituintes da própria subjetividade (MAIESE; HANNA, 2019). A autonomia individual (*o self*) é, portanto, continuamente tensionada e redefinida por narrativas de poder que se alojam nos hábitos e nas disposições afetivas do agente. A resistência palestina, nesse cenário, é a luta persistente para questionar os enquadramentos coercitivos e dismantelar a hegemonia discursiva que naturaliza o extermínio. Ao reabrir o campo de produção de sentido o sujeito recupera sua “permissão para narrar” (SAID, 2012), esse resgate revela que a realidade perceptível não constitui um espelhamento de um mundo pré-dado, mas é, em grande medida, um produto da interpretação humana situada.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa proposta buscou tensionar os limites e explorar as potencialidades do enativismo como aporte teórico para compreender a violência sistêmica e a resistência palestina no âmbito das Relações Internacionais. Ao longo da pesquisa, a aplicação do enativismo a fenômenos de destruição em larga escala não é um movimento dado ou previamente consolidado no campo epistemológico, ao contrário, trata-se de uma aproximação teórica ainda incipiente, que exige devido cuidado conceitual e rigor metodológico. Nesse sentido, o trabalho assumiu o caráter de uma exploração teórico-analítica, articulando contribuições da filosofia da mente, da Teoria Crítica, da Teoria Crítica das Relações Internacionais e dos estudos decoloniais, com o objetivo de reinscrever a experiência corporificada e os processos de produção de sentido como dimensões analiticamente relevantes para a compreensão da política global. O artigo

não reivindica neutralidade axiológica, mas se insere na tradição da Teoria Crítica das Relações Internacionais, para a qual a análise do político está intrinsecamente vinculada à problematização das relações de dominação e à recusa da naturalização da violência.

A abordagem metodológica adotada — qualitativa, interdisciplinar e teórico-interpretativa — permitiu evidenciar que a violência exercida sobre o povo palestino não se restringe às dimensões física ou institucional. Ela se inscreve também como violência de sentido, operando pela interrupção ou colonização dos processos de produção participativa de sentido e significado que sustentam a vida coletiva. A ausência de uma análise empírica sistemática não se configura como lacuna metodológica, mas como uma escolha deliberada, coerente com os objetivos do trabalho, que privilegia a investigação ontológica dos processos de produção e colonização de sentido que antecedem e moldam os próprios enquadramentos empíricos. Nesse contexto, o enativismo, apesar de seu campo de origem, mostrou-se particularmente interessante para a compreensão dessa dimensão, ao conceber agência, autonomia, corporeidade e presença como processos dinâmicos que emergem do acoplamento entre agentes e ambiente. Ainda assim, tal limitação não compromete o argumento desenvolvido; ao contrário, evidencia o potencial heurístico da perspectiva enativa para iluminar dimensões da violência — como a colonização da produção de sentido, a vulnerabilização corporal e a interrupção da intersubjetividade — frequentemente marginalizadas pelas abordagens hegemônicas.

A pesquisa demonstra que a violência contra a Palestina não visa apenas territórios ou as infraestruturas, mas a própria capacidade de auto-individação e autorregulação enativa das comunidades, capacidade esta que, mesmo sob níveis extremos de precarização, também funda formas de resistência. A persistência palestina, compreendida como *enaction*, evidencia que corpos vulnerabilizados continuam a produzir sentido, história e política no interior de relações intersubjetivas assimétricas. A centralidade da experiência palestina na análise não decorre de uma

simplificação unilateral do conflito, mas do reconhecimento da assimetria estrutural que organiza o campo da violência e da precariedade, condição sem a qual qualquer pretensão de simetria analítica incorreria em falseamento da realidade histórica e política. Ao destacar essa dimensão, a pesquisa oferece uma alternativa às lentes tradicionais das Relações Internacionais, que tendem a invisibilizar tais processos ao privilegiar estruturas abstratas e categorias estatais desincorporadas.

Pensar o corpo como *locus* analítico revela-se, por fim, decisivo para a compreensão das assimetrias de poder e das múltiplas formas de violência que atravessam os conflitos contemporâneos. É no corpo que se inscrevem os processos de violência sistêmica produzidos por regimes coloniais-modernos e imperialistas, mas é também nele que se manifestam, de modo imanente, práticas de resistência e rearticulação do sentido. Tal perspectiva permite reconhecer que as instituições não operam de forma abstrata, mas são continuamente mediadas por corpos que exercem poder sobre outros corpos, seja por meio de políticas de vida, seja pela administração diferencial da morte. Ao inscrever o corpo no centro de análise, este artigo reafirma a necessidade de compreender a política internacional como um campo de conflitos, atravessado por experiências corporificadas, vulnerabilidades distribuídas de forma desigual e disputas permanentes em torno da produção de sentido.

## REFERÊNCIAS

ALVES, Beatriz Sabia Ferreira. Por uma teoria crítica das relações internacionais: as contribuições de Jürgen Habermas. São Paulo: **Cultura Acadêmica**, 2014. Recurso online. ISBN 978-85-7983-600-8.

BUTLER, Judith. Quadros de guerra: quando a vida é passível de luto? Tradução de Sérgio Lamarão e Arnaldo Marques da Cunha. Rio de Janeiro: **Civilização Brasileira**, 2015.

DE JAEGER, Hanne; DI PAOLO, Ezequiel A. Participatory sense-making: an enactive approach to social cognition. **Phenomenology and the Cognitive Sciences**, v. 6, n. 4, p. 485–507, 2007.

DI PAOLO, Ezequiel A.; CUFFARI, Elena Clare; DE JAEGER, Hanne. Linguistic bodies: the continuity between life and language. Cambridge, MA: **MIT Press**, 2018.

GALTUNG, Johan. Três formas de violência, três formas de paz: a paz, a guerra e a formação social indo-europeia. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 71, p. 63–75, 2005.

KHALIDI, Rashid. *Palestinian identity: the construction of modern national consciousness*. Rev. ed. New York: **Columbia University Press**, 2010.

KHALIDI, Rashid. *The hundred years' war on Palestine: a history of settler colonial conquest and resistance, 1917–2017*. New York: **Metropolitan Books**, 2020.

MAIESE, Michelle; HANNA, Robert. *The mind-body politic*. Cham: **Palgrave Macmillan**, 2019.

MASALHA, Nur. *Palestine: a four thousand year history*. London: **Zed Books**, 2018.

MENESES SILVA, Marco Antonio de. Teoria crítica em relações internacionais. **Contexto Internacional**, Rio de Janeiro, v. 27, n. 2, p. 249–282, 2005.

MOREIRA, Julio da Silveira. *Pela Palestina: textos selecionados sobre direito internacional*. Toledo, PR: **Instituto Quero Saber**, 2023. Recurso online. ISBN 978-65-87843-97-1.

PAPPÉ, Ilan. *A limpeza étnica da Palestina*. São Paulo: Editora **Sundermann**, 2016.

ROLLA, Giovanni; FIGUEIREDO, Nara Miranda de. Bringing forth a world, literally. **Phenomenology and the Cognitive Sciences**, v. 22, n. 4, p. 931–953, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1007/s11097-021-09760-z>.

SAID, Edward Wadie. *A questão da Palestina*. Tradução de Sonia Midori. São Paulo: Editora **Unesp**, 2012.

VAN ES, Thomas. Off the beaten path: perception in enactivism and the realism-idealism question. **Phenomenology and the Cognitive Sciences**, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.1007/s11097-024-10011-0>.

VARELA, Francisco J.; THOMPSON, Evan; ROSCH, Eleanor. *The embodied mind: cognitive science and human experience*. Cambridge, MA: **MIT Press**, 1991.

WEBER, Cynthia. *International relations theory: a critical introduction*. 4. ed. Abingdon, Oxon: **Routledge**, 2014.

WENDT, Alexander. *Social theory of international politics*. Cambridge: **Cambridge University Press**, 1999.

## Autoria

### 1 Alexandre Cassiano Planke Barth

Graduando em Relações Internacionais

<https://orcid.org/0009-0004-7365-9874> • alexandre\_barth@hotmail.com

## Como citar este artigo

BARTH, A. C. P. Violência sistêmica e produção de sentido: uma leitura enativa da questão Palestina. **InterAção**, Santa Maria, v. 17, n. 2, e96087, p. 1-19, jun. 2026. DOI 10.5902/1980509896087. Disponível em: <https://dx.doi.org/10.5902/2357797596087> . Acesso em: dia mês abreviado. ano.

## Artigo da XIII SARI

### XIII Semana Acadêmica de Relações Internacionais (SARI)

A XIII SARI foi organizada pelo Diretório Acadêmico de Relações Internacionais, ocorreu entre os dias 10 e 14 de novembro de 2025, na Universidade Federal de Santa Maria, reunindo estudantes, pesquisadores e especialistas em torno de uma programação diversificada. O evento contou com palestras que abordaram temas relevantes e contemporâneos, como crime organizado, conflitos internacionais, direitos humanos, tecnologias emergentes, guerra cibernética, construção da paz e questões relacionadas à Amazônia e ao meio ambiente, entre outros.

Alinhada ao tripé fundamental das instituições de ensino superior - ensino, pesquisa e extensão -, a XIII SARI reafirma a importância da universidade como espaço de produção e democratização do conhecimento científico, além de contribuir para a formação acadêmica e o desenvolvimento pessoal dos(as/es) estudantes. Em uma dimensão mais ampla, o evento reflete o papel social da universidade; em uma perspectiva mais específica, destaca-se por ampliar o repertório dos discentes e apresentar a diversidade temática presente no campo das Relações Internacionais, especialmente para aqueles que estão em início de curso.

Nesse sentido, a temática abrangente da XIII SARI permitiu não apenas a introdução dos estudantes a diferentes áreas de estudo, mas também a valorização de temas ainda pouco explorados na grade da UFSM, por meio da participação de especialistas de diversas áreas do conhecimento. Além disso, o evento se destacou por incentivar o protagonismo estudantil, uma vez que foi organizado por estudantes e voltado para estudantes, promovendo tanto a participação ativa quanto o engajamento crítico.

Como marco importante desta edição, destaca-se a retomada dos painéis temáticos com apresentação de trabalhos acadêmicos dos próprios alunos - prática que não ocorria há cerca de dez anos -, acompanhada da previsão de publicação em anais do evento, em parceria com o Núcleo de Estudos e Pesquisas em Relações Internacionais - Ana Lélia (NEPRI/UFSM). Essa iniciativa reforça o compromisso da SARI com a produção científica e com a valorização das vozes estudantis dentro da universidade.

